



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Ata n.º 25**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA VINTE SETE DE**  
**NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**

----- Aos vinete sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:**

----- **Ponto um - um: PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES:**

Presentes os seguintes projetos de arquitetura e especialidades em nome de: -----

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no presente processo por ser parte interessada, pelo que de seguida

abandonou a reunião. -----

- **Pedro Miguel Alves Figueiredo** e **Sofia Isabel Cuba Balixa**, para construção de moradia e anexos na Estrada das Cabeceiras, em Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade deferir o pedido de dispensa do requisito solicitado do regime de acessibilidades. Mais foi deliberado por unanimidade **aprovar** o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. Deliberado ainda por unanimidade conceder o prazo de 6 meses para apresentação dos projetos de especialidades, em conformidade com o nº. 4 do artigo 20º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

- **Luís Miguel Santos de Oliveira**, para construção de edifício de habitação no Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias, lote 6, em Mora. O presente pedido refere-se a alterações durante a execução da obra correspondente ao processo nº. 4/2016, relativo à construção de edifício de habitação no lote 6 do Loteamento Municipal Quinta das Sesmarias, em Mora. -----

As alterações seguem o procedimento previsto no artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e no caso específico, referem-se à ampliação do edifício com a construção de um terraço com a área total de 21,00 m2 na fachada tardoz. Foram apresentados projeto de arquitetura e projeto de estabilidade. Da sua análise, considera-se que a proposta não colide com as regras do loteamento municipal, pelo que nada existe a opor ao deferimento da pretensão. Aprovado por unanimidade o projeto de alterações bem como o projeto de estabilidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

- **Herdeiros de José Matias Marques**, para legalização de edifício de habitação

e pedido de licença de utilização, sito na Rua do Campo da Bola nº. 5, em Mora, processo nº. 21/2018. -----

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12, com a redação em vigor, nomeadamente a introduzida pelo Decreto-Lei 136/2014 de 09/09 foram apresentados os projetos de especialidades relativos ao presente processo, que se refere à legalização de um edifício construído há mais de 30 anos, ao qual se aplicará o regime do Decreto-Lei 53/2014 de 08/04, conforme parecer jurídico emitido no âmbito da apreciação do projeto de arquitetura. Assim, nesse enquadramento, foi submetida declaração de isenção de projetos de acústica e de gás, nos termos dos artigos 5.º e 7.º desse diploma, que, salvo melhor parecer ainda se aplicará ao procedimento, face à data de entrada dos requerimentos. Relativamente ao projeto de comportamento térmico, suscitaram-se dúvidas sobre o enquadramento efetuado, tendo sido solicitados esclarecimento à ADE-NE. O requerente fez a junção ao processo de certificado energético, pese embora não tenha aditado a declaração a indicar que, face à data do imóvel, o mesmo não possui requisitos mínimos de comportamento térmico, submetendo-se a aceitação dos elementos a respetiva decisão. -----

Encontrando-se os projetos apresentados instruídos c/ termos de responsabilidade em conformidade com o artigo 20º do RJUE, o que dispensa a sua apreciação, estarão reunidas as condições para a deliberação final de deferimento do pedido. Tratando-se de uma legalização, não há lugar à emissão de licença de construção, devendo ser entregues os elementos necessários para a concessão da autorização de utilização, depois de confirmada a alteração de cores de fachada que os requerentes se comprometeram em executar.-----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e**

**Urbanismo**, considerar que os projetos de especialidades apresentados cumprem o disposto na legislação aplicável, **deferindo** o pedido. Tratando-se de uma legalização, não há lugar à emissão de licença de construção, devendo ser entregues os elementos necessários para a concessão da autorização de utilização, depois de confirmada a alteração de cores de fachada que os requerentes se comprometeram em executar. -----

----- **Ponto um - dois: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de **emissão de certidões** em nome de: -----

- **João Barros**, solicitador, a pedir a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 165 da freguesia de Brotas e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 250 da mesma freguesia, situado no prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 82, Secção A, Brotas, denominado Vale Longo. De acordo com caderneta predial urbana o edifício possui a área de implantação e de construção de 83,232 m2 e em conformidade com certidão emitida pela Conservatória possui superfície coberta de 72 m2. Após pedido de esclarecimentos, o requerente informou que a área correta do imóvel é a que consta da caderneta predial e que a harmonização será devidamente efetuada aquando da outorga da escritura de compra e venda e do registo da aquisição. -----

A **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade** emitir **parecer favorável**, **deferindo o pedido**, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Joana Maria Martins Pinheiro** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 769 da freguesia de

Pavia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 800 da mesma freguesia, situado no prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 38, Secção CC da freguesia de Pavia, denominado Courela do Vale. De acordo com caderneta predial urbana o edifício possui a área de implantação e de construção de 64,125 m<sup>2</sup> e em conformidade com certidão emitida pela Conservatória possui superfície coberta de 64 m<sup>2</sup>. Trata-se de uma pequena diferença, mas que se afigura que poderá ser objeto de harmonização. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Madalena Martinez Mota**, na qualidade de proprietária, requerendo a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao prédio denominado "Courela da Caridade", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1184 da Freguesia de Pavia e inscrita na matriz a parte rústica sob o artigo 84 da Secção M da mesma freguesia e a parte urbana sob o artigo 764, com a área total de 6,1 ha. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro, com a redação em vigor. -----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.<sup>a</sup> C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - doação de 1/3 a dois irmãos da requerente - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio

de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base nos pareceres da **Divisão de Obras e Urbanismo** e **Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida **compropriedade**. -----

----- **Ponto um - três: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO "CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIÁRIO EM MORA" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 5 (CP 05-2018):** Presen-

te informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento "Auto de Medição n.º 05" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Construção da nova rotunda na Avenida do Fluvário em Mora" e a referência de "CP 05-2018". A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Medição n.º 05 (CP 05-2018), referente à Empreitada com a designação de "Construção da nova rotunda na Avenida do Fluvário em Mora". -----

----- **Ponto um - quatro: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando o presente pedido de informação prévia, em nome de **Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes**, refere-se à construção de um edifício destinado a habitação na parcela com 1342m<sup>2</sup> destacada do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 81, secção A da freguesia de Mora e descrita na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº 192, por deliberação de Câmara

tomada em 30 de outubro de 2019.-----

Os parâmetros indicados no ponto 3 da Memória Descritiva, respeitam o enquadramento definido no Plano Diretor Municipal para a classe de espaços em que se insere, designadamente “ Espaços Urbanos Consolidados ou de Preenchimento” regulamentados pelos artigos 14º e 24º a 27º do Regulamento do PDM, a que devem obedecer. -----

Relativamente à ligação da rede de águas verifica-se que o prédio anexo (Escola Primária) está servido por um ramal de 3/4”, insuficiente para outro tipo de utilização que venha a ser dado a este edifício. assim como para servir o prédio objeto do presente pedido de informação, pelo que será necessário proceder à extensão da rede de águas desde o cruzamento do Bairro da Misericórdia com a Rua de Santo António até ao Hotel Solar dos Lilás, onde já existe rede pública, criando também assim a possibilidade de instalação de boca de incêndio e a alimentação alternativa para a zona da Quinta Seca. Em simultâneo e na mesma vala poderá ser instalado o ramal de esgoto a servir o prédio em causa. -----

Nos termos do artigo 16º do D.L. nº 555/99 de 16 de dezembro com a redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 136/2014 de 9 de setembro propõe-se o deferimento do pedido de informação prévia apresentado. -----

A presente informação aprovada no presente pedido será vinculativa, desde que o pedido de licenciamento ou comunicação prévia seja apresentado no prazo de um ano, a contar da data da notificação da deliberação e se mantenham as condições legais vigentes. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade **deferir** o presente pedido de **Informação Prévia** de harmonia com o parecer da **Divi-**

são de Obras e Urbanismo. -----

----- **Ponto um - cinco: NOTIFICAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE DIREITO DE  
PREFERÊNCIA, LOTE CATORZE DA ZONA INDUSTRIAL DE MORA:** Presen-

te informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresen-  
tada notificação para exercício de direito de preferência pela **Caixa Geral de  
Depósitos**, atual titular do direito de superfície do lote n.º 14 da Zona Industrial  
de Mora, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2669 da freguesia de  
Mora e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1013 da  
freguesia de Mora. -----

A **Caixa Geral de Depósitos** pretende transmitir o direito de superfície do pré-  
dio acima referido a favor da sociedade designada **“XYQ PORTUGAL -  
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, UNIPessoal LDA”** com sede em Avenida  
D. João II, lote 1.06.2.3., 1.º B, em Lisboa, pelo preço de 68.060,00 Euros.-----

Nos termos do disposto nos artigos 1535.º, n.º 1 e 416.º do Código Civil, vem  
notificar esta Câmara Municipal na qualidade de proprietários da raiz do prédio  
urbano sito na Zona Industrial n.º 14 em Mora, para se pronunciar no prazo de 8  
dias sobre o interesse em exercer o direito de preferência. -----

Este lote foi alienado em direito de superfície à empresa Mora Mármore por  
valor de 37.500\$00 - atualmente cerca de 187,05 €, tendo sido construído o edi-  
fício devidamente licenciado. Posteriormente foi transmitida a propriedade para  
a empresa Viçorosa. -----

Nos termos do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Cedência de Lotes da  
Zona Industrial de Mora, o município goza do direito de preferência na alienação  
dos terrenos. -----

Submete-se o assunto à deliberação da Câmara. No entanto, caso a delibera-



ção seja no sentido de não exercer o direito de preferência na tramitação, o terreno mantém-se como propriedade do Município, com a cedência em direito de superfície nos termos do Regulamento Municipal de Cedência de Lotes da Zona Industrial de Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **não exercer o direito de preferência** na tramitação, no entanto o terreno mantém-se como **propriedade do Município**, com a **cedência em direito de superfície** nos termos do **Regulamento Municipal de Cedência de Lotes da Zona Industrial de Mora**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE AÇÃO SÓCIO CULTURAL:**

----- **Ponto dois - um: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CHE MORENSE -**

**PROPOSTA ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face ao pedido de apoio apresentado pela **Associação dos Amigos da CHE Morense**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **400,00€** destinado a apoiar a aquisição de materiais desportivos para a atividade futebolística de crianças do Concelho até aos 12 anos. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, **concedendo** o referido subsídio no valor de **400,00€**, à **Associação dos Amigos da CHE Morense**, destinado a apoiar a aquisição de materiais desportivos para a atividade futebolística de crianças do Concelho até aos 12 anos, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da

Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **1.922.864,61€, um milhão novecentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e um centimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **93.382,38€ noventa e três mil trezentos e oitenta e dois euros e trinta e oito centimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **98.600,98€, noventa e oito mil e seiscentos euros e noventa e oito centimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: PAGAMENTO DE RECIBO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES:** Presente informação da **Secção Administrativa - Serviço de Águas** enviando para deliberação, carta de **António Manuel Aleixo Justo**, consumidor nº. 5219, residente na Rua de Santo António nº 20 em Pavia, solicitando que o valor do recibo de água, da quantia de **627,73 €**, seja dividido em **12 prestações mensais**. -----

Propõe-se que seja retirado o valor de **137,28€**, respeitante aos **resíduos sólidos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da referida importância de **627,73 €**, seja dividido em 12 prestações mensais, bem como retirar o valor de **137,28€**, respeitante aos resíduos sólidos. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco : EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância no Fluvial de Mora", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----  
Prosegur - NIF: 501290567; Seguritas - NIF: 500243719; Look 4 Security, Unipessoal, Lda. - NIF: 510 227 520. -----

Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----

Efetivos: Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; Vogal: Luís Pedro Mendes Branco; Vogal: José Manuel Ribeiro Pinto. -----

Suplentes: Luísa Vacas de C. Martins de Sousa Lobo; Vitor da Silva Mendes.----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de 41.500,00€ (quarenta e um mil e quinhentos euros). -----

- **Em que determinou** a atribuição do abono para falhas ao funcionário Valter Alexandre Gandrita Sarmiento, no período compreendido entre 4 de novembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, uma vez que está a substituir os funcionários afetos ao serviço das Piscinas Municipais (período de férias), manuseando dinheiro nas funções que lhe foram atribuídas. -----

- **Em que determinou** a atribuição do abono para falhas ao funcionário Vera Cristina Coelho Pinto, uma vez que manuseia dinheiro nas funções que lhe foram atribuídas. Mais determinou que o presente despacho produza efeitos a partir de 1 de novembro de 2019. -----

- **Em que determinou** cessar a atribuição, do subsídio de turno ao funcionário Luis Miguel Carias Alexandre, a partir de 11 de novembro de 2019, inclusive, uma vez que deixou de se fazer turnos na ETAR de Mora. -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma Medidata.net - Sistemas de Informação para Autarquias, SA. - NIF: 504990926, a "Aquisição de Plataformas de Suporte aos Serviços Municipais", pelo valor de 6.604,00€ (seis mil seiscentos e quatro euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

**Mais determinou** aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Fornecimento de material para os diversos serviços do Município de Mora", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

**Mais determinou** que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

José Coelho Filipe - Sociedade Unipessoal, LDA. - Nif 514981580; Cooperativa Agrícola de Mora - NIF 500335680; Blocomor- Materiais de Construção, Lda. - NIF: 508644747.-----

Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes:-----

Efetivos: Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; Vogal: Luís Pedro Mendes Branco; Vogal: José Manuel Ribeiro Pinto. -----

Suplentes: Luísa Vacas de C. Martins de Sousa Lobo; Vitor da Silva Mendes.----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 2.855,00€ (dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco euros).-----

- Em que determinou abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Prestação de serviços de limpeza e higiene no Fluviário e Museu Interativo do Megalitismo", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Dianalimpa-Construção Civil e Limpezas Lda. - NIF: 504998609; Futurevora Condomínios - Limpeza especializada - NIF: 510699561; Dinamicalegre - NIF: 510240780; PrimeClean - NIF: 514271140. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.

O valor base do procedimento é de 38.500,00€.-----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído por:

Efetivos: Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; Vogal: Luís Pedro Mendes Branco; Vogal: José Manuel Ribeiro Pinto. -----

Suplentes: Luísa Vacas de C. Martins de Sousa Lobo; Vitor da Silva Mendes.---

----- **Ponto cinco - dois: ÓPTICA HAVANEZA - PROPOSTA PROTOCOLO:**

Presente informação do Senhor Presidente da Câmara informando que tendo em consideração as regalias e vantagens para os trabalhadores desta Câmara Municipal, propõe a Celebração de um Protocolo com a Óptica Havaneza Este Protocolo não contempla nenhum encargo financeiro para o Município, apenas a sua divulgação junto dos trabalhadores da Autarquia. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com o referido Protocolo indo proceder à sua assinatura. -----

----- **Ponto cinco - três: AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES - PROPOSTA PROTOCOLO COLABORAÇÃO:**

Presente informação do Senhor Presidente da Câmara informando que com o intuito de reforçar as relações de cooperação e intercâmbio entre a Câmara Municipal de Mora e a Autoridade Nacional de Comunicações no âmbito do processo de alteração faseada dos emissores que compõem a rede TDT, propõe, ao Executivo Municipal, a celebração do Protocolo de Colaboração entre ambas as entidades, em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com o referido **Protocolo** indo proceder à sua assinatura. -----

----- **Ponto cinco - quatro: ENTIDADE REGIONAL TURISMO DO ALENTEJO E RIBATEJO, ERT - PROPOSTA PROTOCOLO COLABORAÇÃO:**

Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que com o intuito da **Criação de uma Rede de Infraestruturas para o Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo**, propõe-se a celebração de um Protocolo de Colaboração entre a **Câmara Municipal de Mora** e a **Entidade Regional Turismo do**

**Alentejo e Ribatejo, ERT** no âmbito da apresentação de uma **Candidatura ao Programa Valorizar**, que se anexa à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo**, **celebrando um Protocolo de Colaboração** entre a **Câmara Municipal de Mora** e a **Entidade Regional Turismo do Alentejo e Ribatejo, ERT** no âmbito da apresentação de uma **Candidatura ao Programa Valorizar**, que se anexa à presente informação. -----

----- **Ponto cinco - cinco: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte à seguinte Instituição: -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora** nos dias 17 de Dezembro (Festa de Natal) e 28 de Janeiro (Visita de Estudo a Lisboa). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **autorizar** a cedência de transporte à **Instituição** acima referida. -----

----- **Ponto cinco - seis: INSTALAÇÃO DE POSTO DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS - ALTERAÇÃO DE PROTOCOLO:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que com vista à instalação de um Posto de carregamento de veículos elétricos, em Mora, na Rua Nº. Sraª. da Graça, propõe-se a **alteração da celebração do Protocolo**, em anexo à presente informação, a estabelecer entre a **empresa MOBI.E - Mobilidade Elétrica** e o **Município de Mora**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a **alteração da celebração do Protocolo**, a estabelecer entre a empresa **MOBI.E - Mobilidade Elétrica** e o **Município de Mora** referente à instalação de um Posto de carregamento de veículos elétricos, em **Mora**, na Rua N<sup>a</sup>. Sra<sup>a</sup>. da Graça. -----

-----**Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.--

-----**Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-